

# O potencial da eficiência energética

Racionalização pode ser usada para equilibrar oferta e consumo de eletricidade

**Maria Angela Jabur**



Não tivesse chovido como choveu no começo de janeiro, o País entraria em 2000 na terceira crise de abastecimento de energia elétrica de sua história. A primeira foi na década de 50. A segunda, nos anos 70. Em ambas, a solução para equilibrar consumo e oferta foi calcada no aumento de geração e na expansão do sistema.

Agora não está sendo muito diferente, apesar de o mercado ter mudado radicalmente nesse período. A ênfase continua a recair sobre a geração. A racionalização do consumo e a busca de eficiência energética ainda ficam, pelo menos aparentemente, em segundo plano.

É verdade que nos últimos anos ocorreram avanços. O Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel), administrado pela Eletrobrás, projeta investir R\$ 1,1 bilhão entre 1999 e 2002 — cerca de R\$ 300 milhões correspondem a 1% do faturamento que as concessionárias obrigatoriamente têm de destinar à área. Já descontado o montante situado entre R\$ 70 milhões e R\$ 80 milhões aplicado em 1999, sobrariam cerca de R\$ 330 milhões anuais — quantia pouco inferior aos R\$ 352 milhões do triênio 1995/98. Período, diga-se de passagem, em que o Procel economizou 6 mil GWh/ano (gigawatts/hora por ano) ou evitou a instalação de

1,86 mil MW (megawatts). É como se tivesse retirado 2,95 milhões de residências do sistema.

Só isso, no entanto, não é suficiente. “Ainda há muito a ser feito”, reconhece José Alexandre Resende, secretário-geral do Procel. Mas, segundo ele, “não se trata de contrapor racionalização do consumo ao aumento da oferta. A questão tem de ser vista pela ótica da busca de eficiência, competitividade e produtividade das empresas e da sociedade”.

Seja qual for o fator propulsor, o fato é que, quando a questão é a racionalização, o problema não é só de recursos, mas também de abordagem, dizem os técnicos. Estaria faltando vontade política para induzir a iniciativa privada a interessar-se por eficiência energética com a mesma intensidade que se interessa pela expansão da oferta. Afinal, se a responsabilidade pelos investimentos no aumento da oferta foi transferida para ela, a maior parte dos recursos destinados à racionalização continua com o poder público.

“Para quem sempre usou o martelo, todos os problemas são pregos”, lamenta um técnico do setor, ressentido com as reticên-

cias hoje existentes para inserir o consumidor em um debate mais intenso sobre eficiência energética. “O que ele prefere, um kW a mais na oferta ou um kW a menos na conta que paga à concessionária?”

Ninguém sabe a resposta. O que a experiência mostra é que não existe, na sociedade, preocupação com a questão. Do univer-



so total dos dependentes de eletricidade (residências, comércio e indústria, principalmente) apenas a indústria de grande porte, particularmente a eletrointensiva (onde custo de eletricidade é componente da competitividade no mercado externo), desenvolve programas de eficiência energética. As demais, de uma maneira geral, ainda não estão suficiente-

mente estimuladas a investir na área. Tanto que, em 1999, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) desistiu de promover seminário sobre o tema, após receber apenas dois retornos das 1.200 correspondências enviadas.

As razões da falta de motivação também são culturais e econômicas. E um elemento preponderante é o peso da eletricidade nos custos globais. Levantamento realizado na Universidade de São Paulo (USP) em 1991 mostrou que, na maior parte dos setores industriais de São Paulo, a eletricidade respondia por 2% a 3% do custo total. O reajuste da tarifa ocorrido depois não deve ter alterado muito os índices.

Assim, das duas uma: ou se espera o preço da eletricidade aumentar a ponto de provocar uma mudança espontânea de atitude (o que não deve demorar muito, pois o custo do MWh em fase de implantação é muito superior ao daquele já instalado) ou se deflagra uma campanha firme e intensa para a formação de massa crítica e a criação de instrumentos que viabilizem programas de eficiência energética. A diferença é apenas de “timing”.

Em qualquer um dos casos, os resultados contribuirão tanto para o aumento da produtividade e da competitividade quanto para a redução da necessidade de investimentos em geração e das possibilidades de desabastecimento — que neste ano, aliás, só estarão totalmente descartadas no final de abril, dependendo do volume de chuvas do verão. ■

Class	Doc	Documentação
Data	14-16/1/2000	pg. 113
Fonte	g m	
DOCUMENTAL		